







## A relação entre subjetividade e psicologia: uma reflexão Heideggeriana

### The relation between subjectivity and Psychology: a heideggerian reflection

### La relación entre subjetividad y Psicología: una reflexión heideggeriana

Jena Hanay Araujo de Oliveira    
Universidade Federal do Maranhão

Jadson Ramos e Sousa Santos    
Universidade de Ensino Superior Dom Bosco

#### RESUMO

Esse ensaio discute a relação entre a subjetividade e a ciência psicológica. Propõe-se um debate em três seções: a primeira busca pensar a gênese da Psicologia como uma disciplina científica e sua procura por um objeto privativo, justificando sua própria existência como ciência de rigor; a segunda já traz a noção de subjetividade como um termo carregado de estigmas intrapsíquicos e naturalizantes, se tornando um problema entre as diferentes abordagens psicológicas e epistemologias em ciências humanas sobre que noção de subjetividade seria possível; a terceira fomenta uma reflexão a partir da obra do filósofo Martin Heidegger sobre a relação entre o conceito de subjetividade a partir da analítica existencial e as intersecções com a ciência psicológica, convergindo a noção de subjetividade com suas dimensões processuais, culturais e históricas nas concepções de ente humano e como a subjetividade pode vir a compor um objeto de estudo apropriado para a Psicologia.

**Palavras-chave:** Subjetividade. Psicologia. Heidegger.

#### ABSTRACT

This essay discusses the relation between subjectivity and psychological science. A debate in three sections is proposed: the first seeks to think about the genesis of Psychology as a scientific discipline and its search for a private object, justifying its own existence as a rigorous science; the second already brings the notion of subjectivity as a term loaded with intrapsychic and naturalizing stigmas, becoming a problem between the different psychological approaches and epistemologies in human sciences about what notion of subjectivity would be possible; the third promotes a reflection based on the work of the philosopher Martin Heidegger on the relationship between the concept of subjectivity based on existential analytics and the intersections with psychological science, converging the notion of subjectivity with its procedural, cultural and historical dimensions in the conceptions of human being and how subjectivity can come to compose an object of study appropriate for Psychology.

**Keywords:** Subjectivity. Psychology. Heidegger.

#### RESUMÉN

Este ensayo discute la relación entre la subjetividad y la ciencia psicológica. Se propone un debate en tres apartados: el primero busca pensar la **gênesis de** la Psicología como disciplina científica y su búsqueda de un objeto privado, justificando su propia existencia como ciencia rigurosa; la segunda ya trae la noción de subjetividad como un **término** cargado de estigmas intrapsíquicos y naturalizantes, convirtiéndose en un problema entre los diferentes enfoques psicológicos y epistemológicos en ciencias humanas acerca de qué noción de subjetividad sería posible; el tercero

promueve una reflexión a partir de la obra del filósofo Martin Heidegger sobre la relación entre el concepto de subjetividad a partir de la analítica existencial y las intersecciones con la ciencia psicológica, convergiendo la noción de subjetividad con sus dimensiones procedimental, cultural e histórica en las concepciones de ser humano y cómo la subjetividad puede llegar a componer un objeto de estudio propio de la Psicología.

**Palabras clave:** Subjetividad. Psicología. Heidegger.

## 1 INTRODUÇÃO

Se investigarmos a origem da palavra Psicologia sob uma perspectiva etimológica, deparamo-nos com os termos gregos *psyché*<sup>1</sup> e *logos*<sup>2</sup>. Dessa maneira, é possível interpretar a psicologia como o estudo da alma. A princípio, a tradução literal do termo sugere uma área do conhecimento com um objeto de estudo claro, embora a conotação da alma levante algumas ressalvas. No entanto, desde que a Psicologia se formalizou como uma ciência no final do século 19, tem enfrentado desafios tanto para delimitar um objeto de estudo compreensível diante de suas multiplicidades quanto para manter seu status como ciência, considerando o rigor metodológico dos padrões positivistas (Figueiredo, 2008).

Wilhelm Wundt, médico, filósofo e psicólogo alemão, frequentemente creditado pela transição da Psicologia de uma abordagem puramente filosófica para um projeto de disciplina científica, definiu-a como “uma ciência empírica cujo objeto de estudo é a experiência interna ou imediata” ao fundar o Laboratório de Experimentos em Psicofisiologia em Leipzig, Alemanha, em 1875 (Wundt 1896a, 1896b, citado por Araujo, 2009, p. 211). No entanto, mesmo com essa definição inicial, Wundt deu origem a um campo de estudo que se desdobrou em várias abordagens, divergentes em seus discursos, mas compartilhando a tradição psicológica em sua base epistemológica e prática profissional.

A pluralidade sempre esteve presente na Psicologia e, desde o século 19, essa ciência foi formada por um hibridismo teórico que buscava incorporar elementos das ciências exatas e naturais para legitimar-se como um conhecimento de rigor científico (Figueiredo, 2007). No entanto, ao contrário da Física, Biologia e Química, a definição do objeto de estudo na Psicologia ultrapassou o território inicialmente estabelecido por Wundt, tornando-se um problema epistemológico desde então.

## 2 SUBJETIVIDADE E PSICOLOGIA: O QUE ESSA CIÊNCIA ESTUDA?

A Psicologia também buscou seu espaço dialogando extensivamente com outras ciências que estudam fenômenos nas humanidades. Nas ciências humanas, designar o homem como objeto de estudo é uma redundância teórica, prática e performática, uma vez que “dizer, simplesmente, que o ‘homem’ é objeto da ciência psicológica ou das várias psicologias não é suficiente, porque essa entidade genérica, em princípio, é objeto comum a todas as ditas ‘ciências humanas’ dedicadas ao seu estudo” (Prado Filho & Martins, 2007, p. 14).

Dessa forma, não faria sentido nem seria necessário ter uma ciência psicológica se seu objeto de estudo fosse estritamente o mesmo que o da Antropologia ou Sociologia. Mesmo após mais de um século de formalização como ciência, a Psicologia ainda encontra desafios em identificar um objeto de estudo compreensível entre as diversas abordagens que compõem essa área do conhecimento (Ferrarini & Camargo, 2014).

<sup>1</sup> Palavra de origem grega, significa alma ou espírito.

<sup>2</sup> Palavra de origem grega, significa estudo, razão, compreensão.

Para compreender um objeto de estudo mais intrínseco e privativo à Psicologia, é possível considerar a visão de Bock, Furtado e Teixeira (2001), que enxergam o conceito de subjetividade como o campo de estudo da Psicologia. No entanto, chegar a essa conclusão sem enfrentar os obstáculos teóricos e práticos é uma tarefa praticamente impossível devido às pluralidades (e disparidades) inerentes à formação da Psicologia.

A ciência psicológica abrange diversas teorias sobre fenômenos relacionados ao ser humano, comumente denominadas abordagens psicológicas. Essas abordagens podem ser compreendidas como discursos que procuram fundamentar, com rigor epistemológico, suas visões singulares de homem e mundo. Em outras palavras, buscam substanciar a escolha de seus campos de estudo como discursos com escopo científico. Nesse sentido, Bock, Furtado e Teixeira (2001) ponderam que:

Se dermos a palavra a um psicólogo comportamentalista, ele dirá: 'O objeto de estudo da Psicologia é o comportamento humano'. Se a palavra for dada a um psicólogo psicanalista, ele dirá 'O objeto de estudo da Psicologia é o inconsciente'. Outros dirão que é a consciência humana, e outros, ainda, a personalidade. (p. 21)

Compreende-se que as distintas abordagens incorporadas no conhecimento psicológico, juntamente com suas específicas aspirações teórico-metodológicas, moldam diversas nuances da subjetividade humana. Pode-se inferir que as abordagens psicológicas, nessa perspectiva, atuam como observadores posicionados em locais diversos, todos contemplando o mesmo fenômeno referido aqui como subjetividade. Portanto, é perceptível que essas abordagens compartilham o campo de estudo e elaboram construtos sobre esse objeto, embora sigam metodologias distintas para alcançar o mesmo objetivo. Dessa forma, a Psicologia, enquanto ciência, detém um papel definido e, por conseguinte, relevância no contexto das ciências.

Contudo, o termo subjetividade "parece sugerir interioridade imediatamente", conforme apontam Prado Filho e Martins (2007, p. 17). Entretanto, na contemporaneidade, essa perspectiva psicologista, individualista e atemporal, concebida no senso comum e em algumas correntes teóricas menos contemporâneas da Psicologia, mostra-se inadequada para abarcar aquilo que é efetivamente vivenciado como subjetividade (Silva, 2009).

Bock, Furtado e Teixeira (2001) e Prado Filho e Martins (2007) convergem não apenas em identificar a subjetividade como objeto de estudo da Psicologia, mas também na maneira de visualizá-la: as expressões desse ente, comportamentos, sentimentos; aquilo que o torna singular, bem como o que o torna parte e pertencente a um grupo com características semelhantes, mesmo que a característica comum seja ser da mesma espécie *homo sapiens*. Ações, omissões, certezas e dúvidas. Manifestações corporais e discursivas.

Todas essas características podem ser reunidas na concepção de subjetividade. Esse objeto representa tudo o que atravessa o sujeito e o torna único em sua trajetória individual de vida, mas que também se torna de interesse da Psicologia nas relações com o outro e os fenômenos culturais e naturais. O sujeito representa um vetor de uma força que se encontra com forças convergentes ou divergentes e, nos resultados, subjetiva e objetiva a si e aos elementos externos em um processo que se estende até a não existência individual, mas que ainda ressoa sobre outros corpos (Deleuze & Guattari, 2005).

Cardoso e Massimi (2013) explicitam como a Psicologia pode considerar a subjetividade como objeto a partir da relação de trocas de afeto entre os corpos e vivências experienciais, considerando o que circunda o natural, psíquico e biológico como ponto de partida, não como fim:

A Psicologia, apesar de considerar a apreensão externa do corpo vivo (como as ciências biológicas o fazem), deve ir além dela. Stein afirma que a estrutura psíquica manifesta-se por meio de seus estados, de modo a ser possível a apreensão destes por meio da expressividade da pessoa alheia. No entanto, por mais que haja correspondência entre a expressão e os conteúdos psíquicos internos, estes não estão reduzidos a ela. Eles não são a expressão, possuem uma natureza distinta, ou seja, não são por si mesmos espaciais. Somente o são quando vinculados ao corpo vivo. Por essa razão, a autora sustenta que a análise dos estados psíquicos não se esgota com a percepção externa, tendo em vista a necessidade de se recorrer sempre à própria experiência para compreendê-los. (p. 196).

Esse deslocamento de significado da concepção individualista, naturalista e exclusiva que a subjetividade sugere para a ideia de alteridade e transitoriedade é um processo que se desenrola durante os embates das diversas correntes psicológicas que fundamentavam suas hipóteses em distintos aspectos da experiência humana: evolutivo, cultural, familiar, econômico, entre outros. Esse deslocamento também se manifestou em outras dimensões no estudo sobre o sujeito na ciência psicológica, conforme observado por Prado Filho e Martins (2007): do biológico para o cultural, do natural para o histórico, percebendo o sujeito como permeado por realidades transversais de historicidade, cultura e geopolítica, em um movimento relacional com o outro que compartilha esse espaço de intersubjetivação.

Mesmo construtos derivados da concepção de subjetividade, destacando-se a personalidade, que instigou a Psicologia a formular teorias e conduzir estudos, são entendidos como uma prática de interação entre indivíduos mediada por fatores transversais, como enfatizam Oliveira e Trindade (2015):

Essa pessoalidade que adquire a subjetividade, esse toque singular que cada ser humano carrega em seu modo de ser, advém não especificamente dos acontecimentos externos a que ele está exposto, pois duas ou mais pessoas podem compartilhar das mesmas vivências e influências externas como, por exemplo, partilharem da mesma cultura, serem criadas subordinadas às mesmas regras e tantas outras formas de padronizações de viveres que existem e que levariam a uma igualdade de subjetividades, e mesmo assim, serem diferentes em seu modo de ser. O que vai definir essa subjetividade singular é o processo de subjetivação envolvido, é a forma em que esse sujeito vai apreender esses acontecimentos e como ele vai significar e atribuir sentido aos mesmos. Este processo sim é pessoal e solitário e é através dele que a diferença irá se estabelecer. (p. 32).

Contudo, quais foram os fatores que induziram a uma interpretação naturalista da subjetividade? Para abordar essa indagação, é necessário recordar os estágios iniciais da Psicologia e sua busca por firmar-se como uma ciência rigorosa, absorvendo epistemologias e metodologias provenientes das ciências exatas e naturais, as quais lidavam com fenômenos fundamentalmente diferentes das humanidades. O trabalho prossegue ao retrair essa trajetória.

### 3 A NATURALIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Cardoso e Massimi (2013) sustentam a ideia de que a subjetividade não é algo preestabelecido, com sentido fechado e imutável, mas sim um processo de construção histórico e social na civilização ocidental.

Ao desenvolver esse raciocínio, compreende-se que a concepção de subjetividade na civilização ocidental foi moldada ao longo da história pelo predomínio do modelo de pensamento naturalista. Praticamente todos os grandes sistemas de pensamento até os dias atuais formularam concepções sobre o sujeito e, a partir delas, a relação entre os conceitos de subjetividade, interioridade, alma e afins tornou-se objeto de naturalização na cultura.

O filósofo alemão Edmund Husserl, criador do método fenomenológico, descreve em sua obra “A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia,” de 1936, a profunda crise política, cultural e espiritual que a Europa enfrentava no século 20 (Husserl, 2008). Nessa obra, Husserl apresenta um panorama histórico que conduziu a Europa a essa crise, apontando a principal responsabilidade para a inadequação com que as ciências da natureza, fundamentadas no modelo positivista, abordaram as questões do mundo-da-vida. Em outras palavras, a humanidade estava caminhando para uma progressiva naturalização dos fenômenos da existência, à medida que o cientificismo europeu colonialista exportava sua epistemologia para diversas nações.

O mesmo século 19 que testemunha o estabelecimento da Psicologia como disciplina científica é também o século que assinala a crise da Filosofia como sistema de pensamento independente (Cella & Wojciechowski, 2011). A Psicologia existe na tradição do pensamento muito antes da tentativa de formalização que as academias implicam. A Filosofia, esvaziada de seu propósito diante da instrumentalização do pensamento e da natureza através do positivismo<sup>3</sup>, em seu estágio primordial, integra-se ao contexto da Modernidade e Contemporaneidade, assumindo o papel de Filosofia da Epistemologia e subordinando-se à análise do rigor metodológico e epistemológico do conhecimento científico.

Conforme mencionado anteriormente, a Psicologia não escapa dessa tendência. Na busca pelo reconhecimento como uma ciência de rigor, com metodologia e epistemologia estruturadas, o projeto para uma Psicologia científica procura assimilar os atributos das ciências exatas e naturais clássicas (Figueiredo, 1991). Apesar de se reconhecer que as ciências exatas e naturais são fundamentais para a revolução científica, tecnológica e cultural da humanidade, é pertinente acrescentar que há inadequação em abordar os fenômenos da subjetividade humana exatamente da mesma forma que se analisam fenômenos físicos, químicos e biológicos.

A metodologia científica moderna presume possuir procedimentos rigorosos, eficazes e (em parte) controláveis para avaliar fenômenos que não possuem intencionalidade<sup>4</sup>. Entretanto, as ciências humanas, ao tomarem o ser humano como suposto objeto de estudo, precisam considerar toda a imprevisibilidade e multiplicidade de caminhos que suas conclusões podem seguir. Portanto, avalia-se que a tentativa das ciências humanas e sociais de se espelharem completamente nas ciências exatas e naturais na modernidade é um equívoco, dado que os fenômenos avaliados por ambas não apresentam as mesmas possibilidades de manifestações contextuais entre si.

O método científico positivista, desde sua consolidação, foi amplamente empregado para estudar a subjetividade e os fenômenos sociais, utilizando o mesmo enfoque epistemológico utilizado para observar, formular hipóteses, testar e teorizar sobre manifestações do mundo natural. Husserl (2008), em um tom dissonante, afirmou que “é um absurdo considerar a natureza do mundo circundante como algo por si alheio ao espírito e então querer fundamentar, em consequência, a ciência do espírito sobre a ciência da natureza e fazê-la, assim, pretensamente exata”. (p. 64).

<sup>3</sup> Corrente filosófica proposta por Comte que defende a ideia de que o conhecimento científico seria o único capaz de lidar com a verdade (Rosa, 2012)

<sup>4</sup> Para Heidegger (2009), trata-se da abertura compreensiva originária do ente humano para o exercício da existência.

E mesmo assim, as próprias ciências exatas e naturais partem de ontologias que se entrelaçam com a produção filosófica para evoluir em suas proposições, como a noção clássica cartesiana de sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento (dicotomia sujeito-objeto), que preconiza que a razão humana deve despir-se de falsos ídolos para alcançar a Verdade por meio de um método de matematização do pensamento (Descartes, 2001).

Isso evidencia que a própria Psicologia, na tentativa de renegar a tradição filosófica em busca de um suposto maior rigor científico, acabou por naturalizar e reduzir seus postulados, incluindo seu próprio objeto de estudo - a subjetividade. Se todo conhecimento científico também parte de interpretações específicas dos fenômenos humanos e naturais, não seria sem consequências assumir que a pretensa isenção asséptica do conhecimento científico, na realidade, não existe.

Segundo Dilthey (2010), os fenômenos subjetivos demandam metodologias que compreendam as particularidades de um objeto de estudo qualitativamente idêntico ao sujeito pesquisador: ambos são seres que se subjetivam e cuja história de vida individual e bagagem histórico-cultural influenciam na forma de agir, pensar e sentir. Ao contrário dos fenômenos físicos, químicos e biológicos, nos quais é razoável presumir que os resultados obtidos podem ser generalizados sem grandes obstáculos e considerados constantes, os resultados da pesquisa com processos subjetivos envolvendo indivíduos e grupos são extremamente voláteis e transversalizados, suscitando validações que levem em conta a relação tempo-espaço que esses corpos habitam durante suas existências.

No entanto, a subjetividade, um construto multifacetado cuja construção só pode ser observada a partir da alteridade, é submetida a análises objetificantes e reducionistas para se encaixar em um escopo de cientificismo ao qual a Psicologia se propôs pertencer. A subjetividade contemporânea, que consolida a relação sujeito-objeto, imita uma naturalização promovida por uma sociedade tecnocrática, levando o pragmatismo às últimas consequências. O homem moderno identifica a razão como a única capaz de reposicionar a humanidade na vanguarda da civilização, mas a própria razão se torna um instrumento de domínio e controle sobre o sujeito (Horkheimer, 2007). Dessa forma, a produção da subjetividade ocidental está intrinsicamente atravessada pelo processo de instrumentalização da razão na contemporaneidade.

O processo de instrumentalização da razão - ou razão instrumental - abrange amplamente a civilização ocidental. Compreende-se que, neste estágio, a subjetividade ainda se encontra na contemporaneidade. A razão, que na transição da modernidade para a era contemporânea foi considerada a porta de saída para uma sociedade regida pela verticalidade hierárquica do absolutismo monárquico e pela fundamentação no discurso teológico, se instrumentaliza e se dilui em outra relação subordinativa (Horkheimer, 2003). Em vez de o homem ter se apropriado do método científico, o método científico se apropriou do homem e o conduz em um modelo prejudicial à natureza, à cultura, à razão, aos afetos e afecções humanos, como afirmam Cardoso e Massimi (2013).

A lógica positivista de subjetivação do ser humano é severamente criticada pelo filósofo alemão Martin Heidegger, um dos pensadores mais importantes do século 20. Quando Heidegger volta sua atenção para uma desconstrução da positividade do ser dos entes humanos, resultante da naturalização da subjetividade, ele abre espaço para questionar toda a tradição racional no ocidente, que em alguns momentos pré-julgou e em outros naturalizou esse ser (Lessa, 2011).

Conforme Heidegger (2009), se a negatividade que constitui originalmente o ser dos entes humanos não implica uma essência humana concebida a priori de sua existência, então a essência humana é a própria existência. O termo “negatividade”, como aponta Lessa (2011), não deve ser compreendido como um juízo valorativo, mas sim como uma indeterminação relacionada à existência humana. O projeto existencial humano só se encerra com a morte.

Se a razão instrumental positiviza o ser humano, naturalizando-o na prática da dominação cientificista, a analítica existencial negativiza o ser humano, indicando a indeterminação desse ser. Ao mesmo tempo, ela concebe a liberdade humana como possível apenas pela ausência de uma essência prévia à existência humana. Se a subjetividade humana é uma manifestação do ser-aí do homem, ela é compreendida como um ato intencional da própria existência (Tinti, 2011). Essa perspectiva abre um novo caminho para a compreensão da subjetividade, despojando-a da relação sujeito-objeto e reposicionando-a em um processo contínuo no horizonte hermenêutico da existência humana.

#### 4 HEIDEGGER E A SUBJETIVIDADE

Prado Filho e Martins (2007) destacam que, por muito tempo, questões como subjetividade e sujeito foram consideradas naturalmente associadas à prática da psicanálise. No entanto, essa associação não é mais um pressuposto nos estudos contemporâneos no campo psicológico. Se a subjetividade se configura como o verdadeiro campo de estudo da Psicologia, há a possibilidade de abordar esse conceito a partir de diversas perspectivas. A matriz fenomenológico-existencial, por meio da analítica existencial heideggeriana, abrange pontos essenciais na perspectiva de subjetividade descrita até aqui.

Martin Heidegger não explorou extensivamente a ideia de subjetividade em sua obra, na acepção tradicional da palavra (Feijoo, 2011). No entanto, em seu projeto de ontologia hermenêutica, a subjetividade pode ser compreendida como uma manifestação do ser-aí<sup>5</sup> do ente humano que, ao singularizá-lo, é compartilhada com o reconhecimento do outro (Tinti, 2011). Dessa forma, o termo subjetividade, tradicionalmente associado a uma perspectiva de psiquismo, abre-se para ser compreendido como algo relacionado à alteridade, possível apenas como uma relação de afeto e afeição com outros entes humanos. Feijoo (2011) tenta ilustrar como Heidegger aborda a subjetividade da seguinte maneira:

Vale ressaltar que interpretar a ontologia fundamental de Heidegger como uma filosofia da subjetividade seria um evidente equívoco, já que ele mesmo pretendia investigar ontologicamente temas como verdade, sentido, mundo, frequentemente levantados pela Filosofia. Além disso, esse filósofo refere-se à filosofia da subjetividade como carente de fundamentação, de acordo com Figal (2005). O interesse de Heidegger não recai na ideia de sujeito no sentido de um ente, e isso justamente porque, à medida que esta noção se consolida, ocorre o esquecimento do ser. A tarefa de sua ontologia consiste em buscar o sentido do ser a partir do princípio de que o ser-aí não possui nenhuma determinação que se associe essencialmente a ele: sua única determinação consiste no caráter do poder-ser. (p. 416).

Explorando a análise apresentada no ensaio, o conceito de vida, como preconizado pela Biologia, é indubitavelmente um elemento natural, e não é inadequado avaliar os organismos como pertencentes à ordem natural do universo. Contudo, quando se trata de organismos da espécie humana, pertencer à ordem natural do universo é apenas um dos aspectos que compõem essa condição. A própria ideia de subjetividade e o nível dos afetos e afecções pelos quais as pessoas são atravessadas representam a noção de que, definitivamente, a biologia representa um parâmetro de valor na forma como as pessoas se subjetivam. No entanto, deve-se observar com igual atenção questões como história, cultura, economia, política, família, trajetória individual de vida, desejos, medos e interdições (Deleuze & Guattari, 2005).

<sup>5</sup> Tradução da expressão alemã *dasein*, fundamental em Heidegger (2009).

Outros organismos dotados do atributo da vida, como animais, plantas, bactérias e fungos, são inegavelmente atravessados pela facticidade da biologia em suas constituições. No entanto, diferentemente da espécie humana, não são capazes de organizar sociedades com o nível de complexidade e ordenações simbólicas, nem escapar das especificidades inerentes às suas espécies, sem variações ontológicas (Heidegger, 2009).

Essa constatação inviabiliza a apropriação de fenômenos subjetivos pelo positivismo científico como tentativa de explicação causal, como ocorre com acontecimentos inanimados. No entanto, o positivismo, como orientação cultural, instrumentaliza a razão humana, tornando-a servil a um ideal de controle social e dominação da natureza (Horkheimer, 2007). A ideia de razão subjetiva<sup>6</sup> como produto do domínio da ciência positivista sobre a sociedade se alia à noção de sujeito cognoscente e ensimesmado. Essa razão subjetiva e, conseqüentemente, instrumental torna-se o alicerce do domínio do sistema capitalista liderado pela burguesia, que promove práticas técnico-científicas que reproduzem a forma de poder exercida por essa classe desde a contemporaneidade sobre corpos e conceitos.

Nesse processo, a razão humana, que deveria ocupar a posição dialética de sujeito, se vê instrumentalizada em relações de poder por meio do discurso técnico-científico. Heidegger (2003) consegue descrever esse fenômeno ao entender que o método naturalista coloca a própria ideia de Ciência a seu serviço, subordinando-a junto com a própria racionalidade e os processos de subjetivação humana. A consequência desse cenário de inversão é que se instaura um período em que a razão humana se encontra obscurecida em nome de um processo de domínio das pessoas e das coisas, com a intenção de obter controle e previsibilidade dos fenômenos. Sobre isso, Heidegger (2003) descreve que:

Nas ciências, o método não apenas propõe o tema como o impõe e subordina. A corrida vertiginosa que impulsiona atualmente as ciências sem que nem elas mesmas saibam para onde estão indo, provém do incitamento do método e de suas possibilidades, cada vez mais entregues à técnica. É no método que reside todo poder e violência do saber. O tema pertence ao método.

A partir de qual ponto emerge e é abordado o problema da subjetividade na obra heideggeriana? Heidegger (2009), em sua analítica existencial, concebe que o ser-aí humano só pode ser compreendido quando examinado por meio de três existenciais: ser-no-mundo, ser-com-o-outro e ser-para-a-morte. Ser-no-mundo, pois, existe apenas em um universo físico e de sentido; ser-com-o-outro porque a existência humana se entrelaça na alteridade, em relações dialógicas com outros entes humanos; ser-para-a-morte, já que, como a existência se constitui originalmente indeterminada, o ser do homem está em devir, um constante vir-a-ser até o momento de sua finitude.

O ser-aí se manifesta como uma abertura que os entes humanos têm no mundo por meio de sua intencionalidade, que só pode ser interpretada a partir de seu caráter indeterminado, embora permeada pelas facticidades que constituem sua existência (Heidegger, 2009). E a facticidade, um dos conceitos centrais na obra “Ser e Tempo” de 1927, desempenha um papel fundamental na reflexão proposta neste trabalho.

“Facticidade nasce diretamente da descrição de um campo significativo prévio, que conduz e cerceia as possibilidades compreensivas e interpretativas, funcionando como uma circularidade originária da qual jamais podemos escapar”, argumenta (Lessa, 2011, p. 70). Isso implica dizer que, embora a reconstrução

<sup>6</sup> Para Horkheimer (2007), a razão subjetiva se trata da razão formal e instrumental, que tem como valor principal a operacionalização do domínio sobre o homem e a natureza. Transborda pragmatismo, associando o valor da razão ao nível de aplicação técnica que ela é capaz de produzir, auferindo a autopreservação individual sobre o social.



ontológica proposta por Heidegger reconfigure a questão do ser, situando o ser do ente humano como permeado pela negatividade e, dessa forma, pela abertura às possibilidades em devir<sup>7</sup> no mundo, qualquer tentativa de interpretá-lo sem considerar questões como espacialidade, temporalidade, história, cultura e outros aspectos fáticos da existência resulta em um equívoco. Desse equívoco, perde-se a visão do fenômeno em processo de compreensão, reduzindo a amplitude da dimensão processual da subjetividade à ideia de um fato naturalizado e sedimentado.

Subjetividade, na analítica existencial heideggeriana, é, portanto, algo que se encontra em abertura para o mundo no ser do ente humano e, ao mesmo tempo, considera as particularidades fáticas da existência. Para a Psicologia adentrar no horizonte hermenêutico do sujeito que se propõe a compreender, deve abrir-se para a ideia de subjetividade como tal, caso contrário, promoverá adequações da realidade prática com que se depara para se encaixar em teorias pré-concebidas sobre o sujeito.

Heidegger (2003) também buscou observar a função da linguagem no desenvolvimento do projeto existencial dos entes humanos. Se na relação com o outro os entes humanos se constituem através de aberturas intencionais permeadas da facticidade, a linguagem é um elemento crucial nessa alteridade. E como a subjetividade pode ser compreendida a partir dessa interseção? Além da relação espaço-temporal intrinsecamente atribuída à formação linguística de um ser-aí, os indivíduos criam relações de afeto uns com os outros por meio das unidades de sentido presentes nessa forma de comunicação.

A linguagem e a subjetividade se entrelaçam aqui com as próprias essências poéticas, uma vez que é uma particularidade dos entes humanos comunicarem-se por meio desse sistema linguístico, permitindo-lhes tocar os corpos através de unidades de sentido linguísticos. A subjetividade, como essa abertura essencial para a existência, está correlata à maneira como os entes se comunicam e afetam uns aos outros, conferindo às vivências individuais, grupais, territoriais e espirituais a capacidade de construir subjetividades individuais e, em resposta, ser um meio de construção de subjetividades diversas ao longo de projetos existenciais. Isso forma o escopo espaço-temporal que possibilita a própria existência humana, distinta do viver natural e biológico de outros entes sem intencionalidade (Heidegger, 2003).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se refletir sobre essa temática, destacando a compreensão dos modos humanos de subjetivação, entendidos aqui como uma construção social e histórica. Esses aspectos não podem ser ignorados pelos pesquisadores em psicologia, como sugere Lane (1985). A reflexão também visa abarcar a prática psicológica, que, seja no contexto da clínica ou em outras áreas de atuação, compreenda com maior conjuntura o horizonte hermenêutico social em que os entes humanos estão inseridos. Em contrapartida, espera-se que esses indivíduos sintam um maior acolhimento por parte dessa ciência que, na concepção da psicologia fenomenológico-existencial, não pode se permitir perder de vista o trato com o sentido da existência humana (Lessa, 2011).

## REFERÊNCIAS

Araujo, S. de F. (2009). Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. *Sci. stud.*, (7), 2, 209-220, jun. Recuperado em 18 de julho de 2017, de <http://www.scielo.br/>.

<sup>7</sup> De origem latina, significa tornar-se, chegar a ser. Para Heidegger (2009), *devir* se expressa enquanto o encontro próprio do campo da intencionalidade.

- Bock, A. M., Furtado, O., & Teixeira, M. L. (2001). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. (13a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Cardoso, C. de R. D., & Massimi, M. (2013). Fundamentação da Psicologia como Ciência da Subjetividade: contribuições da fenomenologia de Edith Stein. In Mafoud, M., & Massimi, M. (Orgs.). *Edith Stein e a Psicologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Artesã.
- Cella, J. R., & Wojciechowski, P. (2011). A crise da razão no século XX e os discursos de legitimação dos direitos humanos. *Revista Brasileira De Direitos Fundamentais & Justiça*, (5), 14, 160-192.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2005). *Foucault*. (M. C. Sant'Anna, Trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Descartes, R. (2001). *Discurso do Método*. (M. E. Galvão, Trad.). (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Dilthey, W. (2010). *Introdução às Ciências Humanas: tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Feijoo, A. M. L. C. de. (2011). A crise da subjetividade e o despontar das psicologias fenomenológicas. *Psicol. estud.*, (16), 3, 409-417, set.
- Ferrarini, N. da L., & Camargo, D. de. (2014) O professor de psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da psicologia: lugar de incertezas e de desafios. *Psicologia: Ensino & Formação*, (5), 1, 32-49.
- Figueiredo, L. C. M. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. (7a ed.). São Paulo: Escurta.
- Figueiredo, L. C. M. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. (14a. ed.) Petrópolis: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Psicologia, uma introdução: uma visão histórica da Psicologia como Ciência*. São Paulo: Educ.
- Heidegger, M. (2009). *Ser e tempo*. (4a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Heidegger, M. (2003). *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes.
- Horkheimer, M. (2007). *Eclipse da razão*. (7a ed.). São Paulo: Centauro.
- Horkheimer, M. (2003). *Teoria Crítica*. (1a ed., 3. reimp.). Buenos Aires: Amorrortu.
- Husserl, E. (2008). *A crise da humanidade européia e a filosofia*. (3a ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Lane, S. T. T. (1985). Revendo a prática da Psicologia Social. *Psicol. Cienc. prof.*, (5), 1, 20-21. Recuperado em 18 de julho de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/>.
- Lessa, J. (2011) *Curso de análise existencial: princípios fundamentais de uma prática psicoterápica com bases fenomenológico-existenciais*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, RJ.
- Oliveira, A. L. de, & Trindade, E. (2015). Apontamentos acerca da subjetividade e dos processos de subjetivação no mundo contemporâneo e suas repercussões na clínica psicoterápica. *Rev. Psicol. Saúde*, (7), 1, 30-38, jun.
- Prado Filho, K., & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicol. Soc.*, (19), 3, 14-19, dec. Recuperado em 17 de julho de 2017, de <http://www.scielo.br/>.
- Rosa, C. A. de P. (2012). *História da Ciência*. (2a ed.). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Silva, F. G. da. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia históricocultural. *Revista Psicologia da Educação*, (28), 169-195.
- Tinti, R. O. (2011). Sobre a subjetividade: do animal racional ao ser-aí. *Rev. acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz*, (1), 2. Recuperado em 18 de julho de 2017, de <http://iseveracruz.edu.br/>.

**“O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor (es).”**

Recebido: 05/03/2023 | Revisado: 10/02/2023  
Aceito: 15/10/2023 | Publicado: 20/12/2023